



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: SILVIA DA BANCADA FEMINISTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13/07/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) - Na qualidade de membra da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 16ª audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br no *link* Auditórios On-line, Auditório Virtual; e vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente, desde o dia 03 julho de 2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo e foram convidadas autoridades públicas, representantes do Executivo e dos movimentos populares que lutam pela moradia na cidade de São Paulo. Também temos a presença de vários Vereadores presentes.

Esta audiência pública foi convocada para tratar das Ocupações e Despejos: A luta pela moradia em São Paulo, conforme Requerimentos 25 e 26, de autoria da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, aprovados na reunião ordinária do dia 09/06/21 pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Nós vamos tratar de dois temas: o primeiro, moradia popular e implementação de moradia popular em áreas de ZEIS; porque, recentemente, tivemos duas grandes ocupações em áreas de ZEIS na Cidade. A primeira, Carolina Maria de Jesus, uma ocupação no Jardim Iguatemi que já conta com mais de 2.000 famílias. E nós trouxemos representantes do movimento que dirige essa ocupação, que é o MTST.

Outra ocupação muito recente, na zona Norte, em Taipas, se chama Nova Canudos, cujos representantes nós convidamos para esta audiência, representantes, dirigentes, dessa ocupação.

Essas duas ocupações aconteceram em terrenos que tinham dívidas grandes de IPTU com a Prefeitura Municipal e estavam abandonados há décadas. Além disso, estão em áreas de interesse social. Então, esse é um tema que vamos tratar na audiência hoje.

O outro tema que vamos tratar é sobre a campanha pelo despejo zero, para

não ter reintegração de posse durante a pandemia.

Em relação a isso, nós temos uma ADPF que foi julgada pelo Ministro Barroso, pedida pelo PSOL; com *amicus curiae*, o MTST. E temos um PL aprovado em segunda votação na ALESP, da Deputada Estadual Leci Brandão, que proíbe o despejo, as reintegrações de posse, enquanto durar a pandemia no estado de São Paulo, que aguarda a sanção do Governador João Doria.

Por último, o PL da Vereadora Juliana Cardoso, que está tramitando e que ela poderá explicar para nós. Então, eu gostaria de iniciar os nossos trabalhos com a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Olá pessoal, bom dia a todos, todas e todes. Estamos nesta audiência pública para poder falar um pouco sobre a questão do despejo na cidade de São Paulo.

Por incrível que pareça, numa cidade tão grande como a nossa, com 12 milhões de habitantes, segundo as pesquisas - mas a gente sabe que há muito mais pessoas – e cujo orçamento chega a quase R\$ 60 bilhões, ainda tem pessoas sem moradia, que precisam pagar aluguel, mas, muitas vezes, não têm salário, porque a gente está vivendo um momento de muito desemprego, de miséria e de fome, em que as pessoas estão indo morar na rua, famílias indo morar na rua. Quem anda pela Cidade hoje vê pessoas e famílias morando na rua, e não é só mais no Centro, mas por toda a Cidade.

A pandemia abre espaço para muitas maldades, haja vista o que a gente vê em projetos de leis contra o povo, contra a classe trabalhadora, o que a gente vê de venda do nosso patrimônio público. E não estou falando só da relação federal, mas também do Município.

Desde a semana passada, a Prefeitura tem mandado projetos de lei muito difíceis, com deliberação muito rápida, sem que as pessoas consigam acompanhar quais projetos estamos votando. Um deles, eu falo que é um cheque em branco para que o

Prefeito possa fazer um empréstimo de 8,4 bilhões de reais para a Prefeitura que o próprio administraria.

Nesse projeto de lei, não está explicitado, por exemplo, para onde vai o dinheiro, nem para quê, é muito aberto: se vai para a área da saúde, ok. Mas para quê? Se vai para a área de habitação, o que exatamente?

Então, essa campanha despejo zero que está em todo o Brasil, que tem tramitado por todas as casas legislativas dos municípios, dos estados e em Brasília, foi apresentada na Câmara de São Paulo por conta do movimento de moradia, das organizações sociais que trabalham com moradia popular, que trabalham com direitos. Com base em uma lei constitucional que defende os direitos à moradia, este projeto trabalha junto com o STF, que já tem um procedimento para não haver despejo no período da pandemia, que requer o isolamento social.

Por conta disso, o Judiciário e, muitas vezes, a Prefeitura, faz esses despejos à revelia. Em São Paulo, tem um porém, porque na gestão do Prefeito Kassab, ele fez um decreto que dava autoridade para a Guarda Civil Metropolitana e a Defesa Civil fazerem remoção de famílias, no caso, do que eles dizem ser área de risco. Mas, muitas vezes, quando você vai olhar se é de risco iminente, se é de risco grave, você enxerga que eles usam esse procedimento para usar em área sem risco nenhum, simplesmente para poder remover as famílias. Às vezes, eles falam que é obra; às vezes, é até ajudando o proprietário que nem sempre acaba sendo da Prefeitura.

É um projeto que está tramitando na CCJ. Estamos conversando com vários Vereadores e Vereadoras para ter a coautoria, porque não seria um projeto só da Juliana do PT, mas um projeto da Câmara.

Que todos os Vereadores possam entender que o STF já tem uma deliberação na Assembleia Legislativa e que tem um projeto de lei na Câmara Federal também, para que a gente pudesse ter uma legislação municipal. E hoje a gente vem conversando sobre ela.

O Movimento de Moradia, desde o Centro Gaspar Garcia, o MM, o MLC, enfim, são tantos, o próprio MTST também, todos participam muito desse processo, sabem o quanto seria importante ter uma legislação que acolha essa população mais carente que está na vulnerabilidade social.

Embora eu não seja membro, agradeço à Comissão, mas quando a audiência pública é importante, todos os colegas e a Vereadora Silvia nos ajudam muito a passar e a conversar, não só com a população, mas também com o Executivo, principalmente com os Vereadores da Cidade.

Muito obrigada pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Vereadora Juliana.

Eu vou citar alguns convidados do Poder Executivo que, em breve, farão uso da palavra. Já está presente a Sra. Berenice Maria Giannella, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; a Sra. Amanda de Almeida Ribeiro, representando o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Sr. Cesar Augusto, representando a Secretaria Municipal da Habitação; o Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, representando o Dr. Mário Luiz Sarrubbo, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; o Sr. Allan Ramalho, Defensor Público do Estado de São Paulo. Em breve ouviremos o Poder Público e o Executivo Municipal, assim como os nossos companheiros dirigentes dos movimentos populares de moradia, que estão presentes.

Já estão presentes o Dr. Ramon Arnus Koelle, advogado do MTST; a Sra. Cláudia, dirigente da ocupação Carolina Maria de Jesus, no Jardim Iguatemi.

Passo a palavra ao Vereador André Santos, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Obrigado, Presidente Vereadora Silvia, Presidente desta audiência pública, bom dia à nossa amiga a Vereadora Juliana Cardoso.

Quero cumprimentar a Secretária Berenice, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, pelo excelente trabalho à frente da Secretaria, que tem trazido estruturação e grandes benefícios para a nossa cidade, muita gente tem sido acolhida no período de pandemia que, de fato, é o esperado por todos nós.

Da mesma forma, cumprimento o Cesar Augusto, representando o Secretário Orlando; o Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, meu bom dia ao senhor; ao Sr. Allan Ramalho, Defensor Público do Estado de São Paulo e a todos e a todas que acompanham esta audiência pública.

É importante, Vereadora Silvia, frisar isso aqui porque uma das prioridades do Prefeito Bruno Covas era a criação de várias unidades habitacionais. O atual Prefeito Ricardo Nunes vem dando sequência. Uma das principais metas do Plano de Metas da Cidade é trabalhar a questão de moradia.

Como foi citado aqui por você várias vezes, assim como pela Vereadora Juliana Cardoso, no período da pandemia muita gente ficou desempregada. Nós tivemos alguns casos de desemprego em que algumas pessoas passaram a morar de favor e outros que, por não conseguirem um lugar para morar, infelizmente, foram morar na rua.

Pessoas que moravam de aluguel, foram para lugares cada vez menores, mas chegou um momento que não teve jeito, também saíram da condição mais confortável para si e sua família, ficando uma situação bem complicada.

Por isso, quero parabenizar a todos e todas que estão aqui, por falar acerca desse assunto que, de fato, se não houver vozes para mostrar a realidade do que vem acontecendo hoje com muita gente, fica realmente difícil que essas pessoas consigam ser socorridas, e serem, de fato, ajudadas.

Esperamos que, através desta audiência pública, mais pontos sejam esclarecidos e a gente possa continuar nessa caminhada de tornar a vida das pessoas cada vez mais tranquilas, porque moradia é, com certeza, um direito de cada cidadão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereador André Santos, pela participação na audiência. É muito importante.

Quero informar que nós convidamos o Vereador Eduardo Suplicy, talvez ele entre daqui a pouco. Se mais Vereadores estiverem presentes depois nós daremos a palavra.

Passo a palavra ao Sr. Ramon Arnus Koelle, advogado do MTST, que falará por cinco minutos.

O SR. RAMON ARNUS KOELLE – Bom dia a todos, cumprimento os Srs. Vereadores na pessoa da Vereadora Silvia.

Primeiro agradeço por ter chamado esta audiência pública com um tema tão importante.

Quero de forma breve compartilhar a minha tela do meu computador, não sei se é possível, mas eu trago algumas fotos de duas ocupações, da Carolina Maria de Jesus e da Nova Canudos. Uma é no Jardim Iguatemi e a outra na zona Norte, em Taipas.

Quero compartilhar as fotos com vocês, não sei se estão vendo.

- O orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. RAMON ARNUS KOELLE – Esta é uma foto da ocupação Carolina Maria de Jesus, no Jardim Iguatemi, que, inclusive, saiu no jornal *Washington Post*. Não sei se estão conseguindo ver.

Esta outra também é foto do princípio da ocupação, e a outra foto é mais recente, mas mostra o tamanho da ocupação, que abriga mais de duas mil famílias. Na zona Norte, a ocupação Nova Canudos, a qual estou compartilhando as fotos, também tem em torno de duas mil famílias.

Vou tirar o compartilhamento de tela.

Quero dizer, primeiro como advogado, as lideranças do movimento também vão falar, mas eu queria tratar de algumas questões muito importantes. As áreas dessas

ocupações são ZEIS 2, Zona Especial de Interesse Social 2, destinadas à moradia popular.

A ocupação Carolina Maria de Jesus recebeu uma notificação da Prefeitura para Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória, conhecida como PEUC, no ano de 2015. Nada foi feito até agora. Essa ocupação, desde 2006, não paga um único real de IPTU para os cofres municipais. Já está em execução na Dívida Ativa, no valor de R\$ 2.989.986,00, praticamente 3 milhões de reais já em execução.

O pior é que nós descobrimos, recentemente, por conta do processo judicial, que o IPTU não pago desde 2006, é cobrado pela Prefeitura com base no valor venal de referência, que representa 44% daquilo que o próprio proprietário do imóvel declara como valor do imóvel, em ata notarial, porque ele está buscando usucapião da área, com um processo de usucapião extrajudicial, onde ele declara para fins fiscais o valor do imóvel em 62 milhões. Mas a Prefeitura tributa esse imóvel com valor venal de referência de 27 milhões, ou seja, 44% daquilo que o próprio proprietário declara como valor para fins fiscais.

É um descalabro, porque a Prefeitura subtributa, mesmo essa subtributação não é paga, aí a Prefeitura notifica para fazer Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória. Nada é feito. O terreno, que é uma Zona Especial de Interesse Social, uma ZEIS 2, que tem finalidade de moradia popular, fica lá largado e abandonado.

A ocupação do MTST, Carolina Maria de Jesus, assim como a Nova Canudos e todas as outras, são denúncias do abandono das áreas públicas e privadas do Município, áreas gravadas pelo Plano Diretor Municipal para fins de habitação popular, mas nada é feito.

Esta audiência pública tem como especial relevância trazer esta denúncia. O MTST, quando faz uma ocupação, não se esconde; pelo contrário, vem a público. Ele ocupa o imóvel, procura as autoridades, busca trazer publicidade para o que está sendo denunciado. Essas duas ocupações são áreas de ZEIS, ambas são ZEIS 2, estão

inscritas em Dívida Ativa do Município, por não pagar IPTU. Uma delas tem a notificação de PEUC, mas nada é feito.

Este é um apelo e uma denúncia que fazemos para que as autoridades tomem providência, no momento em que a Prefeitura deseja rever o Plano Diretor, fazer esta revisão tão difícil, porque não há possibilidade de participação popular satisfatória, numa situação de pandemia. É necessário que se pense essas áreas porque elas já estão gravadas como ZEIS 2 desde o início do Plano Diretor, mas nada foi feito até agora.

É o que eu tenho a apresentar. Fico à disposição para passar aos Srs. Vereadores mais dados sobre as áreas, inclusive, a ata notarial e o nº de SQL – Setor Quadra e Lote do terreno da Carolina Maria de Jesus, onde consta esta subtributação inaceitável deste imóvel que, mesmo subtributado, não vem pagando o IPTU.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Dr. Ramon, advogado do MTST por toda essa explicação em relação às ocupações recentes na cidade de São Paulo. Como ele mesmo disse, com mais de duas mil famílias em cada ocupação, a primeira no Jardim Iguatemi e a segunda na região de Taipas, na zona Norte.

Passo a palavra para duas mulheres que são lideranças nessas ocupações. É importante sabermos que as mulheres estão à frente da coordenação. A primeira mulher que eu gostaria de chamar é a Sra. Débora Lima, coordenadora da ocupação chamada Nova Canudos, que fica em Taipas. É com você agora Débora.

A SRA. DÉBORA LIMA – Bom dia a todos. Agradeço muito à Bancada Feminista pelo convite. A gente está participando nesta audiência, quero dizer que temos muito orgulho deste mandato que realmente é popular, que está com o pé na periferia. A nossa ocupação já recebeu as meninas lá. Fico feliz pelo convite e agradeço a todos os Vereadores presentes, aos demais também que estão participando, pela sensibilidade

que demonstraram ao se interessarem em discutir esse tema que é fundamental, muito importante na vida de milhares de brasileiros.

Sou coordenadora do MTST, no estado de São Paulo, organizo outras ocupações, mas, atualmente, estou organizando a ocupação Nova Canudos. Sou uma mulher sem teto, estou na luta do Movimento há quase nove anos. Até hoje, não tenho a minha moradia. Sinto na pele aquilo que muitos falaram, sobre a dificuldade que a maioria das pessoas tem.

A moradia já era um problema, com a pandemia agravou cada vez mais. Como vocês mesmo falaram, essa é a realidade do povo, muita gente ficando em situação de rua. Na ocupação que coordeno há quase duas mil famílias. São famílias demais. É gente que está nos procurando, sofrendo reintegração de posse.

Como aconteceu recentemente, pessoas que estão ficando em situação de rua por não conseguirem pagar o aluguel e a realidade que a maioria dos brasileiros vivem, que são: o desemprego, um salário mínimo com o qual as pessoas precisam escolher entre comer ou morar e pagar o aluguel. Então esse tema colocado e muito importante.

Nós pedimos o apoio dos Vereadores, dos demais presentes, porque precisamos muito de mecanismos e de leis que fortaleçam a moradia. A maioria das pessoas que estão nas ocupações são trabalhadores, dedicaram anos de suas vidas trabalhando, mas não têm mais condições porque, infelizmente, o Poder Público não cria mecanismos para atender esse déficit habitacional. E quase 70% desse déficit habitacional são de pessoas que ganharam de zero a dois salários mínimos. E a gente enfrenta há muitos anos essa dificuldade de não ter políticas públicas habitacionais que atendam a maioria de forma a diminuir esse déficit habitacional.

Por isso, estamos vivendo esse cenário de horror, fora as ocupações que o movimento organiza que, com certeza, vocês fazem o mapeamento e estão acontecendo várias ocupações espontâneas. E isso é um recado, um grito de socorro dessa população

que não está conseguindo mais pagar o aluguel e ter sua moradia.

É sim um tema muito importante nesse momento difícil que as pessoas estão vivendo. É preciso, repito, que se criem políticas habitacionais que atendam essas pessoas e nós contamos muito com todos vocês. Faço um apelo a todos: que se debrucem nesse assunto e nos ajudem.

Para finalizar minha fala faço um convite a todos os presentes a irem a todas as nossas ocupações: a ocupação Carolina Maria de Jesus, a do Artur, a ocupação Nova Canudos, e é muito importante que a visitem e vejam essa realidade frente a frente. É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) - Muito obrigada Débora. Eu já estive presente na ocupação Nova Canudos. É mesmo impressionante a quantidade de pessoas que vêm com seus pertences para poder lutar por uma moradia digna, por um teto para morar. Há muitas famílias com crianças, muitas crianças, muitos idosos, muitos cadeirantes, muitas pessoas que vêm de vários lugares, da própria região da zona Norte. Estive lá e o trabalho que vocês fazem é digno e maravilhoso.

Quero ouvir, agora, mais uma mulher à frente de outra ocupação, onde eu também já estive presente, várias vezes inclusive, é uma ocupação que cresceu muito no Jardim Iguatemi, e essa pessoa é a Cláudia, Coordenadora da Ocupação Carolina Maria de Jesus que tem esse nome escolhido pelos próprios ocupantes, e isso é muito importante dizer: que os nomes das ocupações são escolhidos em assembleia. É o próprio povo que escolhe o nome da ocupação.

Então, Cláudia, a palavra está com você.

A SRA. CLÁUDIA ROSANE GARCEZ – Bom dia a todos, todas e todes, me ouvem bem?

Obrigada. Quero agradecer a oportunidade de participar desse espaço, e quero reforçar as palavras da Débora, do movimento Vem Ocupar, que é muito importante porque existe mesmo esse déficit habitacional muito grande na cidade de São

Paulo e não existem políticas públicas que garantam a moradia das famílias.

A situação tem se agravado por conta da pandemia e eu venho falar diretamente aqui da Ocupação Carolina e dizer que o frio está muito intenso também, como todos sabem. Ocupamos o local num momento de frio, quando a pandemia jogou várias famílias na rua e o frio tem assolado as ocupações. Temos passado muito frio, pois tivemos pouca assistência, pouco amparo da subprefeitura, mas com nossa união e ajuda voluntária temos combatido o frio. Ainda assim, muitas pessoas adoeceram e não é legal nesse momento de pandemia, claro, pois adoecem por conta do frio, a imunidade baixa e pode ser um quadro agravante no contexto da pandemia.

E, só colocando esse detalhe: o nome Carolina Maria de Jesus foi escolhido porque estamos vivendo um momento difícil de crise, onde as famílias têm enfrentado a fome e a Carolina Maria de Jesus, em seus escritos e relatos, no seu diário, ela fala da fome, do quanto é difícil ser uma mulher, negra, mãe solo, moradora da favela do Canindé, e sustentar os filhos.

E nós recebemos diariamente várias 'Carolinas' aqui. Muitas mães solo, mães com filhos, todas morando conosco. Então nós apoiamos esse nome por conta da história da Carolina, uma mulher sem teto, ela relatava essa dificuldade de não ter um teto, morava numa favela e tinha muita dificuldade de alimentar seus filhos. Temos recebido muitas mulheres aqui na ocupação, muitas mães com seus filhos que têm fugido dessa situação, desse aprofundamento da crise, momento em que não conseguem mais pagar o aluguel e sustentar os filhos. Esse nome da Carolina Maria de Jesus é muito forte, e simboliza tudo: essa luta, luta dos sem-teto e das mães que não conseguem, hoje em dia, nem pagar o aluguel nem sustentar suas famílias.

Outro ponto muito importante que eu desejo ressaltar é que, cada vez mais, famílias vêm procurando a ocupação para morar porque não conseguem pagar os alugueis. Ainda assim, depois de um ano e meio de crise, e também de crise sanitária, fim do auxílio emergencial – dos R\$ 600,00 – então essa ocupação tá bombando de

pedidos para morarem conosco. Isso reforça nossa luta, reforça do ponto de vista positivo, mas, ao mesmo tempo, escancarando esse déficit habitacional mais ainda com a crise e a pandemia.

Assim como a Débora colocou, é importante para nós, como liderança, expor todas as violências que estamos vivendo nesse momento, para que possamos pedir ajuda, auxílio, a atenção de todos os Vereadores que se sensibilizam com a causa dos sem-teto. Precisamos, nesse momento, acelerar esses processos, essas políticas. Elas precisam começar a surgir com mais vontade da parte dos nossos governantes, pois precisamos garantir a moradia das pessoas. O que está dentro das nossas possibilidades temos feito, temos recebido essas famílias, temos ajudado a conseguir seu cantinho. Mas nós também temos sofrido muito com a demora. A demora, no momento de pandemia, do frio demasiado, em nos atender, traz uma certa agonia para nós.

Por favor, nos ajudem. Obrigada por esse espaço que nos permite falar, pois é uma luta legítima da população, pois, quem ocupa não tem culpa. Nós esperamos alguma celeridade nesses processos de apoio aos movimentos sociais, principalmente no Município de São Paulo, que há muito tem exposto e falado do programa, por exemplo, Pode Entrar. Agora sabemos que foi aprovado em primeira votação, mas precisamos de mais assistência ainda para o nosso povo. Precisamos olhar com mais atenção, pois são famílias inteiras que vêm morar aqui; mas também são mulheres, na grande maioria, aliás, as mais afetadas. E como toda crise, as mulheres são as mais afetadas.

Então é com esse olhar de carinho às mulheres, que venho fazer esse apelo e deixar, aqui, a nossa voz. Deixar aqui registrado nosso pedido de socorro nesse momento tão difícil. Agradeço o convite e um ótimo dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada Cláudia pela sua participação. Nós que agradecemos muito, tanto à Débora, quanto à Cláudia, por terem se disposto a dar o seu depoimento para todos.

Queria anunciar a presença da Vereador Ely Teruel. Se V.Exa. quiser fazer,

depois, uso da palavra, peça aqui pelo *chat*, para nossa assessoria.

Gostaria de chamar agora, na sequência, o Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos que está representando, hoje, aqui, o Procurador Geral de Justiça de São Paulo Dr. Mário Luiz Sarrubbo.

Tem a palavra o Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos que é Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Habitação e Urbanismo e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva. Então, Dr. Marcus Vinicius, muito obrigada pela sua disposição de participar. Agradecemos muito. A palavra está com o senhor.

O SR. MARCUS VINICIUS MONTEIRO DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas. Sou eu que quero agradecer o convite que foi feito ao Ministério Público e a oportunidade de participar de um evento tão importante como este, onde temos questões, como já pontuado, que precisam de um aprofundamento na discussão, com todos os atores envolvidos, notadamente por conta da pandemia, que ainda não passou.

Quero dizer que o Ministério Público tem acompanhado todas essas discussões com muita preocupação, notadamente por conta do aumento do número de ações de reintegrações de posse e de despejos por falta de pagamento, também, ao longo deste último ano. Eu não sei se os senhores sabem, mas, já em maio do ano passado, em maio de 2020, a Procuradoria Geral de Justiça publicou um aviso no *Diário Oficial*, recomendando a todos os Promotores de Justiça que avaliassem a possibilidade de requererem a suspensão das reintegrações de posse em andamento. Isso surtiu um efeito muito positivo em todo o estado de São Paulo. Muitas dessas ações, com ordens já emitidas pelo Poder Judiciário, acabaram sendo revisadas e essas reintegrações foram suspensas em muitas das cidades do estado.

Especificamente, na Capital, em São Paulo, a Promotoria de Habitação e Urbanismo, em julho do ano passado, também, pediu uma recomendação ao Prefeito Municipal para que determinasse a suspensão das desocupações de áreas públicas,

tanto as administrativas quanto as judiciais, que estavam em andamento e estão em andamento desde então. Nós recebemos, em relação a essa recomendação, uma resposta positiva da Prefeitura de São Paulo, no sentido de que ela paralisaria essas remoções, salvo em casos de risco comprovado.

Em relação a essa situação de risco que já foi mencionada aqui, eu quero dizer aos senhores o seguinte: das ações civis públicas movidas pelo Ministério Público com esse fundamento, no último ano, nós não postulamos nenhuma medida de desocupação, mas, mais do que isso, juntamente com o Poder Judiciário, nós começamos a revisar os protocolos de identificação de risco, porque nós sabemos, também, que, muitas vezes, essa situação de risco é utilizada como uma ideia de se alcançar outro objetivo, que, na verdade, é a desocupação da área por via transversa. Nem sempre o risco existe, de fato – ou existe, mas não de tal maneira a ensejar remoção de dezenas ou centenas de pessoas que vivem em determinadas áreas há muito tempo.

Isso foi feito e, inclusive, esse trabalho já virou uma espécie de cartilha, que foi disponibilizada pelo Cajufa, que é o Centro de Apoio aos Juízes da Fazenda Pública. Por conta dessa revisão metodológica, várias ocupações, que, inclusive, estavam mencionadas como ocupações em áreas de risco R3 e R4, estão passando por um processo de reanálise, para que adotemos outras medidas de intervenção, sem a necessidade de desocupação dessas áreas. Então, realmente estamos muito preocupados com tudo isso que está acontecendo.

Entretanto, eu quero, também, se me permitem, chamar a atenção para um problema que eu acho que é um problema de fundo, que acabou de ser mencionado por quem me antecedeu e que diz respeito, na verdade, à falta de políticas habitacionais para as pessoas de baixa renda, no município de São Paulo. É claro que esse movimento do Despejo Zero, da remoção zero, em época de pandemia, faz todo o sentido. Temos de buscar isso, mesmo.

O próprio Supremo Tribunal Federal já se posicionou favoravelmente a isso, mas essa fase vai passar e as ações de reintegração de posse vão continuar sendo ajuizadas. Então, temos de nos preocupar com esse fato, que é hiper relevante, da pandemia, que exige que as pessoas fiquem isoladas ou mantenham distanciamento social. Portanto, precisam ficar nas suas casas, e não nas ruas, mas precisamos pensar para frente, especialmente na falta, na ausência de políticas públicas adequadas ao atendimento dessa população em São Paulo. Os senhores sabem muito melhor do que eu: nós temos um déficit habitacional que está em torno de meio milhão de unidades. Nós temos mais ou menos 30 mil pessoas vivendo nas ruas de São Paulo e não vemos políticas públicas sendo implementadas de forma efetiva, em favor desse universo de famílias.

Nós estamos na Câmara Municipal de São Paulo e ela tem um papel central nessa discussão, porque são as leis municipais que vinculam a atuação da Administração Pública, do Poder Executivo Municipal. Então, eu chamo a atenção para esse problema. Nós devemos ouvir todas as pessoas, os movimentos sociais, as pessoas que se inscreveram, para pensarmos de que forma nós podemos contribuir para o aprimoramento da legislação e da canalização de recursos públicos para o atendimento dessa parcela mais vulnerável da população da cidade.

Podemos aprofundar a discussão das ocupações de ZEISs. Esse é outro assunto que precisa ser enfrentado, porque nós temos várias áreas na cidade de São Paulo que foram demarcadas como ZEISs, mas nós não estamos vendo o respeito às disposições do Plano Diretor Estratégico, em relação a essas zonas. Vai muito longe. Todos, aqui, devem ter acompanhado, por exemplo, o que aconteceu na região da Cracolândia, recentemente. É uma ZEIS 3 e há todo aquele processo de desocupação daquela região vulnerável da cidade de São Paulo, sem o cumprimento de todo aquele passo a passo do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. É uma questão que está judicializada, mas ela serve como um exemplo importante que podemos discutir aqui,

porque isso deve acontecer, infelizmente, em outras ZEISs da cidade de São Paulo.

Então, eu parablenizo a iniciativa da Câmara de dignar esta audiência pública e fico, em nome do Procurador Geral de Justiça, à disposição de todos para qualquer esclarecimento que se fizer necessário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Dr. Marcus Vinicius, representando a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo. Agradecemos muito a sua participação e esperamos contar mais vezes com essa contribuição de vocês.

Vamos seguir, chamando mais um representante dos movimentos populares, dos movimentos de moradia, que é o Sr. Tonhão. O Sr. Tonhão representa o Movimento Despejo Zero, mas também está representando a UMM, a CMP, que é a Central de Movimentos Populares, a Facesp e a Conam. Então, tem a palavra, agora, o Sr. Tonhão.

O SR. ANTONIO PEDRO – Olá, Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Promotor Marcus Vinicius, representando a Promotoria.

Quero dizer o seguinte: estamos na campanha Despejo Zero São Paulo que é fruto da campanha nacional, hoje, distribuída em vários Estados e conseguimos constituir vários núcleos estaduais que têm fortalecido a campanha nacional.

A campanha nacional Despejo Zero fez uma sistematização de março de 2020 até junho deste ano e observou que quase 15 mil famílias foram removidas ou despejadas durante a pandemia. Dessas, quase 4 mil, isto é, 3 mil novecentas e tantas, foram em São Paulo, no Estado de São Paulo. São famílias que, independentemente, das leis que tramitam hoje foram colocadas na rua sem nenhum tipo de amparo do Poder Público. São Paulo é o Estado que mais teve despejos durante a pandemia.

Também conseguimos impedir que alguns despejos fossem realizados: 54 despejos no país conseguiram, pela ação popular, dos movimentos, da Defensoria e do

Ministério Público, ser suspensos. Desses, envolviam 7.356 famílias que estariam despejadas.

No entanto, ainda têm as ações que estão em curso com 84 mil famílias ameaçadas de despejo ainda. Embora haja vacinação num ritmo lento, a nova variante pode estender essa pandemia para além deste ano, chegando até o ano que vem. Portanto, precisamos ter garantias da lei que essas famílias não serão removidas.

Nesse sentido, temos trabalhado a aprovação de leis em nível federal, estadual e municipal. Lá no Senado, onde conseguimos aprovar o PL 827 da Câmara, depois ele foi ao Senado; no Senado, infelizmente, foi feita alteração no texto, retirando do texto as ocupações em área rural. Então, só estariam protegidas ocupações que estivessem em área urbana. Para nós, isso foi um grande prejuízo na lei.

Tendo feito mudança no texto no Senado, ele tem que, necessariamente, voltar para Câmara, a qual pode reajustar o texto e enviá-lo para a sanção do Presidente. Achamos que, no caso deste Presidente, certamente, o projeto seria vetado. Então, nós teríamos outra luta que é derrubar o veto no Congresso Nacional.

Nós também temos o PL 146, sobre o qual sofremos e lutamos muito para aprovar na Assembleia. Foram mais de dois meses com várias audiências, com obstrução e com a base governista contra, mas, felizmente, depois de sete sessões conseguimos aprovar em segunda votação as emendas que tinham pendentes, e o PL foi enviado no dia 06 de julho para o Governador, o qual tem 15 dias úteis para aprovar ou vetar o projeto.

Então, estamos, neste momento, massificando, fazendo articulações políticas com Parlamentares, OAB, CNBB, para pressionarem o Governador Dória para que ele sancione o PL 146. E nós vamos esperar os 15 dias que é o prazo regimental, visto que chegou no dia 06 de julho, daí, vamos, então, se não houver aprovação, além da que nós já temos feito hoje, que é uma pressão de articulação política, envios em massa de *e-mail* para a Casa Civil e para o Palácio do Governo; nós vamos fazer, também, um ato o

Palácio do Governo caso não haja aprovação nesses 15 dias.

E, também, estamos contando com esse PL da Câmara Municipal. É o PL 118, se não me engano, de autoria da Vereadora Juliana Cardoso, mas com coautoria de outros Vereadores para que se aprove essa Lei Municipal.

Essa tática estamos usando em várias cidades de São Paulo e do Brasil para que, enquanto não haja o guarda-chuva nacional, uma Lei Federal que proteja as famílias que hoje vivem em ocupações pelo Brasil a fora, que leis estaduais e municipais sejam aprovadas nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Nós não podemos esperar só a Lei Federal.

Portanto, na Capital, estamos contando com a ação dos Vereadores, com apoio dos movimentos populares e de moradia, para que essa lei seja aprovada, uma vez que em São Paulo é o local onde mais ocorreram os despejos durante a pandemia.

Isso, de fato, é uma questão que tem um caráter humanitário. Não é uma lei que atinge a sagrada propriedade privada. Na verdade, a lei é circunstancial, emergencial e de caráter humanitário porque ela visa a proteger as pessoas durante esse período de calamidade pública. Não é uma lei que ataca a propriedade privada e que dá garantia a quem está hoje morando de permanecer nessa área.

Então, nós achamos que os Parlamentares deveriam ter essa compreensão de que estão fazendo uma lei para atender pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, que ao serem jogadas nas ruas, se tornam ainda mais expostas ao vírus e que o problema não é só dos sem-teto, de quem não tem casa. O problema é da sociedade, porque pessoas vulnerabilizadas ficam expostas ao vírus, expostas a novas variantes que podem, inclusive, anular todo o esforço pelo setor da saúde até este momento.

Nós precisamos isolar o vírus, proteger as pessoas e essas leis vêm nesse sentido.

Portanto, essas audiências públicas garantem o direito de debater o direito à

moradia, nesse período especial, e, também, garante a questão da saúde. Estamos contando que uma audiência como esta e outras audiências em outros Legislativos, cidades e Estados, nos ajuda a compreender mais essa situação.

Não é uma lei que trata da questão da propriedade privada - até gostaria que tratasse - ou do não cumprimento da função social da propriedade, cuja lei deveria pegar, mas, infelizmente, é uma lei que existe, mas dificilmente cumprida pelos Municípios, pelo Poder Público ou mesmo por aqueles que detém terras para especulação imobiliária e não proporcionam nenhuma função social a essa terra.

Estou aqui e quero contribuir com o projeto que está hoje na Câmara. Vamos votar juntos para defendermos essa população. Então, estamos representando esse conjunto de movimentos de moradia, movimentos populares do Estado de São Paulo, além dos ditos: MLD, MDT, outros vários movimentos que compõem essa articulação em São Paulo, para garantir a vida e o direito à moradia neste momento.

Muito obrigado pelo espaço nesta audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Tonhão, representante de vários movimentos populares de luta pela moradia da cidade e, também, do Estado de São Paulo.

Lembrando, também, que, na semana passada, houve um ato grande dirigido pelo MTST, que foi até o Palácio dos Bandeirantes pedir a sanção tão importante do Governador João Dória para que possa fazer o mais rápido possível o PL aprovado na ALESP, que é o PL que impede os despejos e as reintegrações de posse, enquanto durar a pandemia; trazendo, aqui, essa reivindicação de movimentos populares de moradia para que o Governador de São Paulo João Dória faça a sanção deste PL.

E também só comunicando que nós, da Bancada Feminista do PSOL, somos coautoras do PL da Vereadora Juliana Cardoso. Um PL muito importante que também impede as reintegrações de posse, enquanto durar a pandemia, na cidade de São Paulo.

Dando continuidade vamos intercalar agora um representante do Poder

Público, do Executivo, como um inscrito convidado. Tem a palavra a Sra. Berenice Maria Giannella, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, para falar sobre essa questão que envolve também a Assistência Social, tanto na questão dos eventuais despejos, eventuais reintegrações de posse, quanto em relação as muitas ocupações na cidade de São Paulo, como a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social se envolve com esse tema.

A SRA. BERENICE MARIA GIANNELLA – Bom dia, Vereadora Silvia, demais Vereadores presentes, colegas do Poder Executivo, o tema é muito mais da Habitação do que da nossa Secretaria, temos já há muitos anos uma política de atendimento nas hipóteses de reintegrações de posse que vimos executando, é a supervisão do território onde vai ocorrer essa reintegração de posse. São feitas várias reuniões com a Polícia Militar, com a Secretaria de Habitação, enfim, com todas as secretarias envolvidas. E a nossa Supervisão de Assistência Social com as nossas equipes do território vão a essas ocupações onde haverá reintegração de posse e cadastram todas as famílias que estejam efetivamente em situação de vulnerabilidade, que é o público que temos de atender na Assistência Social.

Faz-se o cadastro de todas as pessoas que desejam ser atendidas em acolhimentos. O que podemos oferecer para essas famílias não é moradia evidentemente, o que oferecemos são acolhimentos na nossa rede. Temos uma rede bastante grande para acolhimento de mulheres, homens, mulheres com filhos, famílias e idosos. Estamos ampliando, desde o ano passado, vagas para as pessoas idosas, criamos 600 vagas em hotéis, pagamos essas diárias para as pessoas idosas, homens e mulheres. E também já abrimos, no final do ano passado, mais um acolhimento para famílias com 260 vagas, e mais um acolhimento para idosos com 207 vagas.

Agora, na quinta-feira, teremos a inauguração de um novo espaço para famílias com 110 vagas, também um antigo hotel que foi alugado inteiro. Então cada família será alojada num apartamento com banheiro privativo, para que possam ter a

necessária privacidade.

Então, a Secretaria até por causa da mudança do perfil da população em situação de rua, que sempre foi majoritariamente formada por homens adultos, como temos percebido o aumento de famílias nas ruas, temos ampliado o número de serviços para famílias.

Também vamos inaugurar, nos próximos 45 dias, mais dois serviços para idosos, homens e mulheres, mais uma casa para mulheres trans e a primeira casa para homens trans, duas populações que percebemos aumento de pessoas em situação de rua, para que possamos dar um atendimento específico. Já temos duas casas para mulheres trans, uma no Centro, outra em Santana, e vamos abrir mais uma em Santo Amaro. Então teremos mais vagas para mulheres trans e pioneiramente uma casa para homens trans, na Subprefeitura de Santana.

Então continuamos com o nosso trabalho em relação às reintegrações de posse, sempre comparecemos, entrevistamos as famílias e cadastramos aquelas que querem acolhimento. Vamos continuar fazendo isso para todos os casos em que houver autorização judicial para que seja feita a reintegração, tendo em vista a recente decisão do Ministro Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

Era isso o que queria falar, acho que o tema tem muito mais ligação com a questão habitacional mesmo, o déficit habitacional que existe não só na cidade de São Paulo, mas no país todo. Da parte da Assistência Social, daquelas pessoas que se encaixam nos critérios de vulnerabilidade social, é esse o atendimento que estamos propiciando para essa população.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Secretária Berenice, quero dizer que acompanhei uma reintegração de posse recente, na zona Norte de São Paulo, e houve uma certa dificuldade de acolhimento para mulheres e famílias na zona Norte. Acho muito bom esse projeto de acolhimento específico para

famílias, realmente mudou o perfil social das pessoas nessa situação, que não conseguem pagar o aluguel. Então acho que cada vez mais é necessário que tenhamos esse tipo de equipamento público.

No caso, a pessoa que eu estava acompanhando acabou indo para um acolhimento que tinha 80% de homens. Ela ficou lá temporariamente com seus três filhos, mas não era o melhor, o mais adequado. E ela não quis ir para outra região, gostaria de ficar na zona Norte e lá não tinha nenhum equipamento. Então vejo com bons olhos que a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social esteja realmente empenhada em ter mais equipamentos públicos destinados às famílias. Gostaríamos de não ter isso, gostaríamos de ter habitação popular para suprir o déficit e também não tivéssemos despejos e reintegrações de posse, mas na emergência é muito importante que tenhamos esses equipamentos destinados às mulheres com filhos e também famílias.

Muito obrigada, Secretária Berenice, por sua participação. Esperamos continuar em contato quando precisarmos.

Registro a presença do Vereador Rodrigo Goulart. Se os Vereadores presentes quiserem fazer uso da palavra, peçam no chat para a nossa assessoria.

Tem a palavra o nosso próximo convidado inscrito, Fabio Marciano dos Santos, participante de um coletivo. Está presente? (Pausa) Não. A próxima inscrita, Valquiria Correia, participante da luta pela moradia em São Paulo. (Pausa) Não está presente. O próximo é o representante da Secretaria de Habitação, o Sr. Cesar Augusto, Chefe da Assessoria Técnica do Gabinete.

O SR. CESAR AUGUSTO – Primeiramente, em nome do Secretário Orlando Faria, eu gostaria de agradecer o convite e informar todos que nós temos ciência do *deficit* habitacional da cidade de São Paulo e da complexidade que tem o tema. Estamos falando de uma das maiores cidades da América Latina, com um *deficit* habitacional grande, e estamos num dos piores momentos da pandemia, a pior dos últimos cem anos.

Apesar de todas essas adversidades, a Secretaria de Habitação tem zelado por todos os direitos da população atingida pelas remoções e inclusive tem estancado as reintegrações que não são prioritárias e tem tido muita atenção com as áreas de risco e com essas remoções que são necessárias serem feitas nessas áreas.

Eu não sei se a Dra. Manuela, assessora do Gabinete, está presente para nós dividirmos o espaço de participação. (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Cesar, eu acho que a doutora Manuela não está mais presente.

O SR. CESAR AUGUSTO – O.k. Então, eu me coloco à disposição neste espaço de discussão para ouvir atentamente. Sei que um dos temas é a ocupação Carolina de Jesus, onde a equipe da Sehab já esteve presente para acompanhar o desenvolvimento dessa ocupação e identificar as carências dessas famílias. Estaremos aqui atentamente ouvindo e vamos tentar colaborar no que for possível no atendimento da demanda dessa população que nos procura, sempre atentos aos direitos fundamentais das famílias envolvidas.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – O.k. Muito obrigada, Cesar.

O próximo inscrito é o André Delfino da Silva, participante do MDF – Movimento de Defesa do Favelado. (Pausa) Não está presente.

O próximo inscrito é o representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, a Sra. Amanda de Almeida Ribeiro.

A SRA. AMANDA DE ALMEIDA RIBEIRO – Oi, pessoal, bom dia. Vocês conseguem me ouvir?

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conseguimos sim. Só não estamos conseguindo ver você.

A SRA. AMANDA DE ALMEIDA RIBEIRO – Eu não vou conseguir ligar a minha câmera porque a minha internet está muito ruim e, normalmente, quando eu ligo, a

minha voz começa a falhar. Por isso que eu estou tentando aqui. Posso tentar e, qualquer coisa, vocês me avisem se a minha voz estiver falhando muito.

Bom dia a todos e todas. Sou a Amanda e eu estou trabalhando na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e na Secretaria de Licenciamento. (falha na transmissão)...Coordenadoria de Controle da Função Social da Propriedade.

Primeiro quero agradecer o convite para a participação da audiência. A gente acredita que este é um tema muito importante, sobretudo num momento tão específico que a gente tem vivido. Eu queria só reiterar que a questão do bem-estar está muito ligada à questão habitacional, mas a Coordenadoria de Controle da Função Social tem um papel intermediário de articulação e, de certa medida, em relação aos imóveis na condição de...(falha na transmissão)...social à política habitacional. Esse é um desafio bastante grande que a gente tem que enfrentar no Município de São Paulo.

O que eu quero registrar, sobretudo muito em função da própria fala do Ramon, advogado do MTST, é que hoje a gente tem, vamos dizer assim, um *imbroglio* jurídico que é a não permissão do Senado de utilizar os títulos da dívida para desapropriação. Conforme o previsto no Plano...(falha na transmissão)...Constituição Federal em função dos imóveis abaixo da alíquota da progressividade.

Eu vou fazer uma fala e, se alguém ficar com alguma dúvida em relação a esse tema, talvez vocês tenham que me perguntar, porque eu não quero me estender. Hoje a gente tem um entrave na maior parte do Brasil, em todos os municípios. De uma forma geral, há um entrave no formato da...(falha na transmissão)...municipal. Então, isso é o primeiro problema que há no sentido de...(falha na transmissão)...instrumento...(falha na transmissão)...função da propriedade na sua integridade e atualmente a agenda de Revisão do Plano Revisor...(falha na transmissão)...A gente tem o instrumento...(falha na transmissão)...dasapropriação...(falha na transmissão)...e atualmente a gente trabalhado na consolidação da regulamentação de arrecadação por abandono, que a gente enxergado que é uma legislação bastante importante para o Município de São Paulo,

sobretudo nas regiões centrais, algumas situações de imóveis na condição de abandonados.

Então, atualmente a gente trabalha na regulamentação dessa legislação e é superimportante que os movimentos estejam ativos e estejam dando essa regulamentação, uma vez que a gente está entendendo que é um dos caminhos para o cumprimento da função social da propriedade. Ainda que não seja totalmente delineado dessa maneira, a gente está trabalhado nesse sentido.

A minha fala fica um pouco mais nesse entrave que a gente tem...(falha na transmissão)...da função social da propriedade e, como alternativa, a gente tem encaminhado para conseguir que esses imóveis cujos credores seguem inadimplentes, sobretudo...(falha na transmissão)...alíquota, a gente costuma interpretá-los como abandono por parte do proprietário.

Então, é isso que a gente tem trabalhado e, enfim, espero que a gente consiga enfrentar os imóveis desses credores e fazer tudo para articular com a política habitacional. A minha fala vai mais nesse sentido, no que a gente tem trabalhado ultimamente e, qualquer coisa, estou à disposição para responder ou tirar dúvidas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Amanda. Ficou um pouco prejudicada por conta da internet, mas o que entendi é que vocês estão empenhados em ver os imóveis que são irregulares, que não estão cumprindo com a legalidade, que estão com dívidas de IPTU atrasadas, por exemplo, para que possa estar sendo debatida a sua função social. Eu entendi isso da sua fala, mas ficou um pouco prejudicada por conta da internet. A gente vai continuando aqui a discussão.

Muito obrigada, Amanda, pela participação, representando o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Chamo agora o Bruno Santana do Nascimento, participante do BR Cidade São Paulo. (Pausa) Não está presente.

Chamo então o Allan Ramalho, representando a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Allan Ramalho, por favor, a palavra está com você. (Pausa) Não entrou. Há mais algum convidado que esteja presente e queira fazer uso da palavra? Algum Vereador? (Pausa) A Secretária Berenice está saindo. Muito obrigada, Secretária, pela participação. Mais algum Vereador quer fazer uso da palavra? (Pausa) Algum convidado? (Pausa) Pergunto ao Dr. Ramon se quer fazer considerações finais. (Pausa) O Dr. Marcus Vinicius gostaria de fazer suas considerações finais? (Pausa)

O SR. RAMON ARNUS KOELLE - Eu gostaria, já que me foi aberta a possibilidade de fazer considerações. Em primeiro lugar, quero colocar que a luta por moradia do MTST também caminha junto da denúncia de manutenção desses espaços vazios que servem para especulação e não estão cumprindo sua função social.

Como mencionei na minha fala, eu gostaria de solicitar que ao final desta audiência pública seja extraída uma ata onde conste a necessidade de que o Poder Judiciário, em qualquer caso de ocupação, mas sobretudo nas duas ocupações aqui tratadas – a Carolina Maria de Jesus e a Nova Canudos -, sejam observadas as famílias que lá moram; e qualquer eventual reintegração de posse que possa existir, porque ainda não há nenhuma, mas há processo judicial no caso da ocupação da zona Leste, respeite a decisão do Supremo Tribunal Federal. Que se garanta, para as famílias que lá moram, uma realocação digna, uma moradia, uma assistência social necessária, respeitando o que foi colocado pelo Supremo.

E também que se observe que essas áreas não cumprem sua função social, que os proprietários não vêm exercendo posse de fato sobre esses imóveis, sobretudo porque manter um terreno abandonado sem pagar impostos, sem dar a devida função não pode caracterizar uma posse digna de o Poder Judiciário determinar uma reintegração de posse.

Seria muito importante uma moção do Poder Legislativo Municipal em relação a essas ocupações, uma ata que seja desta audiência pública, para que possamos enviar

isso ao Poder Judiciário, que tem acompanhado a situação e acaba sendo o responsável pelas ações de reintegração de posse. É isso o que eu gostaria de solicitar, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dr. Ramon. Vamos ao final encaminhar sim. Pergunto se o Dr. Marcus Vinicius quer fazer suas considerações finais. Não sei se ainda está presente.

O SR. MARCUS VINICIUS MONTEIRO DOS SANTOS – Agradeço a oportunidade de participar deste evento. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Doutor. Algum Vereador gostaria de fazer uso da palavra? A Vereadora Ely Teruel ou o Vereador Rodrigo Goulart querem se pronunciar? (Pausa) Vereadora Juliana Cardoso para as considerações finais.

A SRA. JULIANA CARDOSO – (Som inaudível).

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Não estamos conseguindo ouvi-la, Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – E agora? (Pausa) O.K.. Como minhas últimas considerações. Já encaminhamos aos representantes do Executivo o esboço do projeto de lei para que se comece a ver a possibilidade de sancioná-lo. Ele está tramitando pelas Comissões, mas estávamos querendo fazer a sua apresentação para o próximo semestre, assim que voltarmos do recesso, para votação em primeira e segunda, mas com a aprovação do Prefeito.

Ontem, nossa Bancada teve uma conversa com o Prefeito Ricardo Nunes, e uma das minhas solicitações foi que ele pudesse aprovar esse projeto de lei, já considerando que alguns Estados e cidades estão com esse projeto de lei sancionado.

Agradeço mais uma vez a todos e todas pela troca de informações, e estamos aqui, sempre na caminhada e na luta por regularizações fundiárias, pois existem na cidade de São Paulo muitos terrenos ainda para serem pensados e inclusive

dialogados no Plano Diretor, e a burocracia é muito demorada. Então, gostaria que pensássemos em ações para organizar as regiões que precisam de regularização fundiária e, ao mesmo tempo, aprovação do projeto de lei Despejo Zero. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereadora Juliana. Quero partir agora para o nosso encerramento com duas propostas de encaminhamento desta audiência pública. A primeira delas seria uma moção, que proporemos, que seria assinada por vários Vereadores, inclusive os que estiveram presentes, visando a uma cautela em uma eventual reintegração de posse das duas ocupações: tanto da Ocupação Carolina Maria de Jesus como da Ocupação Nova Canudos. Também uma saída negociada para essas ocupações, principalmente uma moradia definitiva, digna para todas essas 4 mil famílias, se considerarmos essas duas ocupações.

Quero também aproveitar esse encerramento para falar de um projeto muito importante que tramita na Casa, que é o Pode Entrar, projeto enviado pelo Executivo, pela Secretaria de Habitação. Esse projeto já foi votado em primeira e está para ser votado em segunda nesta semana. É um projeto muito importante porque tudo isso que estamos debatendo aqui só terá uma solução definitiva quando essas famílias, cujo déficit chega a quase meio milhão de moradias na cidade de São Paulo, tiverem sua moradia definitiva. O Pode Entrar não vai conseguir eliminar todo o déficit, mas vai caminhar no sentido de construção de Habitações de Interesse Social, de moradia popular para a faixa 1, das pessoas que ganham até 3 salários mínimos, sendo que muitas das quais não ganham sequer 1 salário mínimo. Assim, estamos aqui pressionando, ao lado dos movimentos populares de moradia, pela aprovação, nesta semana, do projeto Pode Entrar.

Antes de encerrar, passo a palavra à Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Bom dia. Ficamos muito felizes por uma audiência tão importante como esta, em que pudemos ouvir a Secretária Berenice, os participantes

e a nossa Presidente Silvia falando sobre o projeto Pode Entrar, projeto muito especial, para cuja aprovação estamos ansiosos. Estamos acompanhando e aguardando para conseguir fazer com que as pessoas que estão nessa situação de vulnerabilidade tenham uma solução mais rápida, para acertarmos essas moradias, permitindo que elas possam sair de seus trabalhos e voltar para casa de forma mais tranquila, podendo sentir que realmente estão no conforto de suas moradias. Muito obrigada a todos os que participaram, e parabéns, Vereadora Silvia, pela condução da audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Vereadora Ely Teruel, que faz parte, comigo, desta Comissão. Muito obrigada pela participação e pelo interesse.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Obrigada a todos, todas e todos, e tenham uma boa tarde.